



EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Volume 1

**Organizador
Daniel Luís Viana Cruz**



EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Volume 1

**Organizador
Daniel Luís Viana Cruz**

Editora Omnis Scientia
EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Volume 1

1ª Edição

TRIUNFO – PE

2021

Editor-Chefe

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Organizador (a)

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Conselho Editorial

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Wendel José Teles Pontes

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Cássio Brancaleone

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Editores de Área – Ciências Humanas

Dr. Cássio Brancaleone

Dr. José Edvânio da Silva

Assistentes Editoriais

Thialla Larangeira Amorim

Andrea Telino Gomes

Imagem de Capa

Freepik

Edição de Arte

Leandro José Dionísio

Revisão

Os autores



**Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [livro eletrônico] : aspectos gerais / Organizador Daniel Luís Viana Cruz. – Triunfo, PE: Omnis Scientia, 2021.
68 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-88958-16-2

DOI 10.47094/978-65-88958-16-2

1. Educação. 2. Avaliação educacional. I. Cruz, Daniel Luís Viana.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora Omnis Scientia

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



PREFÁCIO

A educação é o pilar central das civilizações, pois se caracteriza pela transmissão de conhecimento formal e tradicional. Nada é mais transformador para um povo ou uma nação do que um sistema educacional equânime e de qualidade. Embora não seja valorizado pela sociedade como deveria, representa a pedra angular para geração de riqueza, renda e melhoria de qualidade de vida em todos os sentidos. Mas por ser um elemento chave, os governantes a conduz conforme seus interesses e programas de governo, fazendo com que ela se mostre ineficaz e incipiente aos olhos dos contribuintes. Nessa perspectiva os educadores e professores, assim como todos os profissionais que direta ou indiretamente atuam na educação, sofrem com a desvalorização e indiferença da população no momento em que reivindicam melhores condições de trabalho. Apesar de tudo, ainda existem profissionais que não desistem dessa tarefa hercúlea, permanecendo com o ideal de ter uma educação realmente inclusiva e de qualidade para todos, independentemente de raça, religião, gênero, opção sexual ou limitações cognitivas e motoras. Há muito o que se fazer, mas os autores desta obra mostram que estão no caminho certo.

Em nossos livros selecionamos um dos capítulos para premiação como forma de incentivo para os autores, e entre os excelentes trabalhos selecionados para compor este livro, o premiado foi o capítulo 3, intitulado “OBSTÁCULOS NO ACESSO À CIDADANIA DE HOMENS TRANS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BAIXO AMAZONAS, PARÁ”.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....10

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DISCUSSÕES SOBRE
PROFISSIONALIZAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos

DOI: 10.47094/978-65-88958-16-2/10-21

CAPÍTULO 2.....22

HIGIENE INFANTO-JUVENIL: SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SUA
RELAÇÃO COM A VULNERABILIDADE SOCIAL

Emily Fa  Ginelli

Gustavo Alberto Briske Klug

Julia Villa Coutinho Ferreira

Ana Carolyna Teodoro Gomes de Lima

Ana Beatriz Teixeira Rodrigues

Adriane Vianna Carbone

Francine Alves Gratival Raposo

DOI:10.47094/978-65-88958-16-2/22-30

CAPÍTULO 3.....31

OBSTÁCULOS NO ACESSO À CIDADANIA DE HOMENS TRANS EM INSTI-TUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR DO BAIXO AMAZONAS, PARÁ

Sabrina de Oliveira Gama

L is Gabrielle Cardoso de Oliveira

Rui Massato Harayama

DOI: 10.47094/978-65-88958-16-2/31-36

CAPÍTULO 4.....37

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Isadora Oliveira Gondim

Ana Paula de Lima Bezerra

Fernanda Gonçalves de Souza

Amanda Menezes Oliveira

Saraid da Costa Figueiredo

Stéphane Bruna Barbosa

DOI:10.47094/978-65-88958-16-2/37-51

CAPÍTULO 5.....52

OS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.

Viviane Teles Vidal Dalanesi

Ana Paula Costa Gimenez

Andréa Rizzo dos Santos

DOI: 10.47094/978-65-88958-16-2/52-59

CAPÍTULO 6.....60

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA INFÂNCIA: DESAFIOS E INTERVENÇÕES

Ana Luiza Rabelo Saldanha

Ana Beatriz Menezes Teixeira

Antônio Eusébio Diógenes Teixeira

Carola Braz de Lavor

Chendda Aikaa Feitosa Fontenele

Daniele Guedes Jucá

Danilo Gomes Rocha

Gabriel Gurgel Silva Fernandes

Manoel Cícero Viana de Lima

Maria Rita Máximo Julião

Victória Gentil Leite de Araújo

Jocileide Sales Campos

DOI: 10.47094/978-65-88958-16-2/60-65

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Isadora Oliveira Gondim

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/7257219813780749>

Ana Paula de Lima Bezerra

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/3405287358149342>

Fernanda Gonçalves de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/5781639084564585>

Amanda Menezes Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/1005019010344099>

Saraid da Costa Figueiredo

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/4196884519431883>

Stéphane Bruna Barbosa

Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte (MG)

<http://lattes.cnpq.br/7735808487782758>

RESUMO: As políticas educacionais impactam em mudanças importantes no cenário escolar, visando promover o acesso à educação de qualidade a todo cidadão. Dentro deste contexto, a inclusão das pessoas com deficiência é um tema constantemente discutido, assim sendo, influenciando em mudanças contínuas na sociedade, como a construção do conceito de educação inclusiva, que engloba a premissa de uma educação de qualidade para todos, independente das deficiências e das limitações

sociais. A vista disso, essa pesquisa objetiva trazer informações sobre o impacto da evolução da inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Em relação a metodologia, foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Base de Dados de Enfermagem e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, considerando o período entre 2015 e 2020, por meio dos descritores: Políticas Públicas, Educação e Deficiências. Após a análise da literatura, observa-se que as políticas educacionais se desenvolveram até chegar no modelo atual, que consiste em uma educação inclusiva, buscando mais efetividade e abrangência. Desta forma, busca a integração dos alunos com deficiência, indo além da colocação do indivíduo no meio, promovendo a socialização. Entretanto, ainda encontram-se em amadurecimento, mesmo com a presença de conquistas, percebe-se desafios para execução prática, como barreiras físicas, metodológicas, instrumentais e atitudinais, que precisam ser transpostas, para uma maior consolidação da inclusão e aproximação da educação igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Educação. Pessoa com deficiência.

THE INCLUSION OF DISABLED PERSON THROUGH EDUCATIONAL SPACES

ABSTRACT: Educational policies impact on important changes in the school scenario, aiming to promote access to quality education for all citizens. Within this context, the inclusion of people with disabilities is a topic that is constantly discussed, thus influencing continuous changes in society, such as the construction of the concept of inclusive education, which encompasses the premise of quality education for all, regardless of disabilities and social limitations. In view of this, this research aims to provide information on the impact of the evolution of the inclusion of people with disabilities in the school environment. Regarding the methodology, a literature review was carried out in the databases Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences, Nursing Database and Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, in Portuguese, English and Spanish, considering the period between 2015 and 2020, using the descriptors: Public Policies, Education and Disabilities. After analyzing the literature, it is observed that educational policies were developed until reaching the current model, which consists of inclusive education, seeking more effectiveness and comprehensiveness. Thus, it seeks the integration of students with disabilities, going beyond placing the individual in the environment promoting socialization. However, they are still maturing, even with the presence of achievements, there are challenges for practical implementation, such as physical, methodological, instrumental and attitudinal barriers, which need to be overcome, for a greater consolidation of the inclusion and approximation of egalitarian education.

KEY WORDS: Citizenship. Education. Disabled person.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são muito importantes para que ocorram transformações sociais, pois objetivam suprir as necessidades da comunidade. A formulação das políticas públicas envolvem processos como desenvolvimento, planejamento, implementação e avaliação, para que cumpram seu propósito, retratando com clareza o cenário local (SOUZA, 2006; DALFIOR; LIMA; ANDRADE, 2015).

Saúde, educação e economia são focos importantes das políticas públicas, estes compreendem impacto em demandas que não podem ser ignoradas, pois afetam o desenvolvimento da sociedade. Levando em consideração o lugar de destaque que a educação ocupa, surgem as políticas educacionais, visando o acesso à educação de qualidade a todo cidadão, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 (FONSECA, 2009; BRASIL, 1988).

No primeiro momento foram criadas as classes especiais, porém nesse sistema ocorreu segregação das pessoas com deficiência. Logo em seguida, a inclusão foi colocada em prática no modelo das escolas especiais, que em sua maioria eram privadas ou filantrópicas. Considerando esse marco inicial, durante muito tempo ocorreu o distanciamento entre a rede pública de ensino e inclusão de Pessoas com deficiência (PCDs) (WERLE, 2014; MACEDO et al., 2014).

Com o passar do tempo, a mentalidade da sociedade passou por mudanças importantes, impactando em uma maior sensibilização para os preceitos de um cenário mais acessível e inclusivo. Dentro deste contexto, vem sendo construído o conceito de educação inclusiva, para atender pessoas com deficiência e promover a inclusão de forma ampliada. Além disso, esse modelo também tem o objetivo de introduzir mais alunos com deficiência em escolas públicas regulares (KASTRUP; THOMA; SOUSA, 2018).

A inclusão de PCDs é constantemente discutida no ensino superior, em 2016 foi criada a Lei n.13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. A partir disso, a parcela de alunos com deficiência no ensino superior se tornou mais representativa. Entretanto, de forma geral, o sistema de ensino ainda precisa de adaptações, pois não está completamente estruturado para atender às novas demandas (BRASIL, 2016; CANTORANI *et al.*, 2020).

O objetivo do estudo proposto é promover uma análise sobre a inclusão das pessoas com deficiência por meio dos espaços escolares, à luz da literatura considerando os aspectos informacionais sobre o impacto da evolução dos processos de inclusão no ambiente escolar.

METODOLOGIA

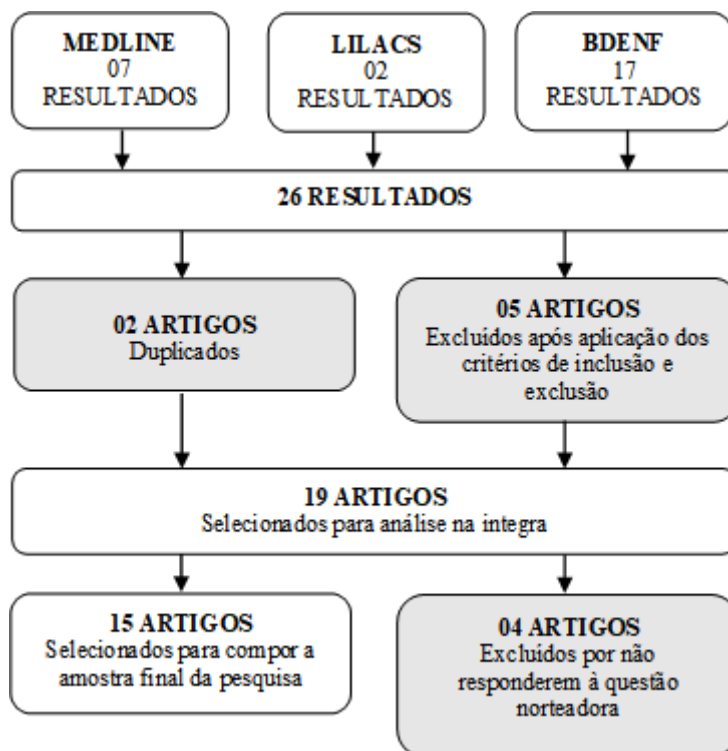
Para a construção e efetivação do estudo utilizou-se o referencial teórico proposto por Ganong (1987), desenvolvendo uma revisão integrativa de literatura, seguindo as etapas: elaboração da pergunta norteadora do estudo, seleção e busca dos descritores, pesquisa nas bases de dados

selecionadas, leitura dos estudos, análise e interpretação dos resultados e consolidação das informações encontradas. Com isso, a questão norteadora foi: quais informações foram publicadas em periódicos indexados, de janeiro 2015 a julho de 2020, que permitam analisar criticamente a importância do desenvolvimento das políticas educacionais para uma melhor inserção das pessoas com deficiência no meio acadêmico?”.

Os critérios de inclusão foram artigos completos de acordo com a questão norteadora, presente nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Com a utilização dos descritores cadastrados no portal de Descritores das Ciências da Saúde (DeCS): Políticas Públicas, Educação e Deficiências. Sendo os idiomas considerados, português, inglês e espanhol, no período de janeiro de 2015 a novembro de 2020.

Além disso, os critérios de exclusão utilizados foram: artigos que não estavam de acordo com os parâmetros estabelecidos para a inclusão, serem escritos em outros idiomas, publicados em mais de uma base de dados (duplicados) e não serem classificados como artigos científicos.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos para revisão integrativa de literatura, 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Em relação à análise e seleção dos estudos, pautado nos critérios de inclusão e exclusão, foi realizada a leitura detalhada dos títulos e resumos. Para a minimização de possíveis perdas aplicou-se a leitura na íntegra para os estudos que geraram dúvidas em relação aos critérios estabelecidos,

visando a inclusão de estudos com informações relevantes sobre a temática proposta.

Para melhor organização e visualização dos artigos, foi construído um quadro sinóptico (Quadro 1), utilizando-se o *software Microsoft Office Word 2010*. Dando seguimento a metodologia escolhida, realizou-se a categorização dos estudos selecionados, sendo 15 artigos que contemplaram os critérios para a inclusão, com as seguintes informações: título, autores e ano de publicação; objetivos; metodologia e resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados 15 artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. A seleção final dos estudos é apresentada no quadro sinóptico (Quadro 1) segundo título, autores e ano de publicação, metodologia, objetivos e resultados, sendo as publicações apresentadas em ordem cronológica, segundo ano de publicação.

Quadro 1 - Síntese dos estudos analisados segundo título, ano e país de publicação, delineamento, objetivo e resultados.

Título, autor e ano	Metodologia	Objetivo	Resultados
<p>Accessibility and permanence in higher education: perception of students with disabilities</p> <p>GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018. BRASIL.</p>	<p>Para a realização deste estudo, contamos com a participação de cinco alunos com deficiência, matriculados numa Instituição de Educação Superior do interior do Paraná, sendo dois cegos, um surdo, um com deficiência física e um com visão subnormal. A faixa etária variou entre 20 a 49 anos. No que se refere às condições socioeconômicas, os participantes estão entre média e baixa renda. A maioria deles concluiu a Educação Básica em escola pública, sendo que apenas uma frequentou a rede particular de ensino. Os dados obtidos através das entrevistas citadas foram discutidos à luz da psicologia histórico-cultural, com fonte de nomes como Marx e Engles.</p>	<p>Verificar como alunos com deficiência, de uma Instituição Pública de Educação Superior de uma cidade no interior do Paraná, percebem as reais condições de acesso e permanência na universidade</p>	<p>Os resultados revelam que, no que se refere ao tema, essa Instituição vem adequando-se ao que é requerido pelas políticas públicas de inclusão, sobretudo quanto à acessibilidade à Educação Superior; entretanto, demonstra limites quanto às condições de permanência, dificultando a esses estudantes a acessibilidade ao conhecimento.</p>

<p>Assessment of progress in education for children and youth with disabilities in Afghanistan: A multilevel analysis of repeated cross-sectional surveys.</p> <p>TRANI et al., 2019. AFEGANISTÃO</p>	<p>Foram utilizadas duas pesquisas domiciliares transversais realizadas com oito anos de intervalo (2005–2013), nosso estudo mostra que o acesso à escola e a alfabetização não melhorou entre 2005 e 2013 para crianças e jovens com deficiência.</p>	<p>Tem o objetivo de analisar a política educacional ativa no Afeganistão, desde 2005, considerando o contexto de crise prolongada. Além de investigar os benefícios gerados através de investimentos na educação.</p>	<p>Faltam evidências sobre quais intervenções podem melhorar a experiência de aprendizagem e o bem-estar das crianças que moram em países de baixa renda (PBR).</p>
<p>Deconstructing Social Representations: for a Collaborative Culture for School Inclusion</p> <p>GLAT, 2018. BRASIL.</p>	<p>Análise da Desconstrução das Representações Sociais. O escopo do ensaio é uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório, com descrições históricas e questões problematizadas, gerando reflexões ao longo do texto. A autora descreve com foco nos conceitos de colaboração entre os professores e educação especial.</p>	<p>Este texto discute a cultura de colaboração entre os professores sob a perspectiva das representações sociais estereotipadas e a função dos educadores frente à escolarização de alunos com deficiências.</p>	<p>A ausência de uma cultura de colaboração pedagógica e psicossocial entre os diversos agentes educacionais influencia negativamente - eu diria mais, inviabiliza - a efetivação das políticas de inclusão escolar.</p>
<p>Do personal assistance activities promote participation for persons with disabilities in Sweden?</p> <p>VON et al., 2017. SUECIA.</p>	<p>Foram utilizados dados de registro e dados de questionário (N = 15.289). A análise de componentes principais foi realizada e a consistência interna foi testada. Estatísticas descritivas (teste χ^2) foram usadas em categorias e componentes de idade, sexo e pessoas elegíveis.</p>	<p>Examinar como o direito à participação de acordo com o Artigo 19 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD) é promovido pelo uso de assistência pessoal na Suécia em todas as categorias de idade, sexo e pessoas elegíveis.</p>	<p>Uma distribuição desigual de assistência pessoal entre os componentes Saúde e Cuidados; Casa, Lazer e Interação Social ; e Ocupação Diária foi encontrada. Diferenças significativas na assistência pessoal relatada foram encontradas entre crianças e adultos, homens e mulheres e entre as três categorias de pessoas elegíveis.</p>
<p>Factors that interfere with the process of inclusion of infants with physical disability in the nursery</p> <p>BOSSI; JUNGES; PICCININI, 2018. BRASIL.</p>	<p>Análise qualitativa, em que participaram 11 educadoras de duas creches públicas que tinham bebês com deficiência física incluídos no berçário.</p>	<p>Investigar os fatores que interferem no processo de inclusão de bebês com deficiência física no berçário, na perspectiva das educadoras.</p>	<p>Os relatos das educadoras apontaram diversos fatores que interferem na inclusão, como condições sociais e grau de instrução ,atribuídos às educadoras, ao bebê com deficiência e seus colegas, à creche, ao município e a outros profissionais.</p>

<p>How available to European children and young people with cerebral palsy are features of their environment that they need?</p> <p>ESPIN-TELLO et al., 2017. UNIÃO EUROPEIA</p>	<p>A amostra é de 594 crianças com PC, nascidas de 1991 a 97, que participaram do estudo com idades entre 8-12 (SPARCLE 1) e novamente com 13-17 anos (SPARCLE 2). Os participantes foram amostrados aleatoriamente a partir de registros populacionais de crianças com PC em oito regiões europeias; uma outra região recrutada de várias fontes. Os dados sobre meio ambiente foram coletados com o European Child Environment Questionnaire (60 itens)</p>	<p>Examinar a disponibilidade de recursos ambientais que as crianças com Paralisia Cerebral (PC) precisam para uma participação ideal e se a disponibilidade mudou para elas entre as idades de 8-12 e 13-17 anos. A PC é caracterizada por alterações neurológicas permanentes que afetam o desenvolvimento motor e cognitivo, envolvendo o movimento e a postura do corpo</p>	<p>As características ambientais necessárias não estão disponíveis para muitas crianças de 8 a 12 anos e 13 a 17 anos. Essa falta de disponibilidade é mais pronunciada em algumas regiões do que em outras, o que provavelmente resulta de suas estruturas políticas, legislativas e estatutárias.</p>
<p>Interdisciplinarity and school inclusion of disabled children from maternal stories</p> <p>GONCALVES DE CASTRO et al., 2019. CUBA</p>	<p>Estudo transversal, exploratório, com abordagem qualitativa. Também, o referencial teórico-metodológico adotado foi na perspectiva hermenêutica dialética. Com isso, busca compreender o contexto. Para tal, foi aplicada uma pesquisa à 20 mães de crianças com deficiência em acompanhamento no Centro de Saúde em MG. A entrevista semiestruturada foi realizada em visita domiciliar.</p>	<p>Analisar as vivências de crianças com deficiência, a partir das experiências em uma escola de um município brasileiro, a partir de histórias maternas.</p>	<p>Surgiram pontos problemáticos relacionados à inclusão escolar, desigualdades de direitos, escassez de profissionais de educação e saúde capacitados para o atendimento de crianças com deficiência, além de inadequações arquitetônicas, seleção e adaptação de móveis infantis.</p>
<p>Leisure of persons with disabilities: meaning, learning and teaching</p> <p>FOGANHOLI; GONÇALVES JUNIOR, 2015. BRASIL.</p>	<p>Observações e entrevistas de pessoas com deficiências físicas ou visuais que frequentam clubes sócio-recreativos na cidade de São Carlos-SP. Ao todo foram localizados em 7 clubes, 3 PCD's físico e 3 PCD's visual.</p>	<p>Compreender os processos educativos decorrentes das práticas sociais, como o lazer das pessoas com deficiências físicas ou visuais que frequentam clubes sócio-recreativos na cidade de São Carlos-SP.</p>	<p>Os processos educativos observados apontam o lazer como espaço de troca de experiências e afirmação da capacidade de fruição do mesmo pelo grupo</p>

<p>Mapping and analysis of the enrollment of students with disabilities in three Brazilian public universities</p> <p><u>MARTINS; LEITE; CIANTELLI, 2018.</u></p> <p>BRASIL.</p>	<p>Trata-se de um estudo longitudinal que considerou os procedimentos adotados na identificação para o ingresso e permanência desses estudantes, no intervalo de 2014-2015, levantados pela consulta da documentação das instituições.</p>	<p>Retrata, de forma crítica, os índices de matrícula na graduação de estudantes com deficiência em três instituições de ensino superior públicas no país.</p>	<p>Percebeu-se que o número de matrículas ainda é tímido, demonstrando a necessidade de investimentos em políticas afirmativas e institucionais, para garantir a participação desse segmento na universidade pública.</p>
<p>Professionalization of disabled people: reflections and possible contributions from psychology</p> <p><u>VIEIRA; VIEIRA; FRANCISCHETTI, 2015.</u></p> <p>BRASIL</p>	<p>É um texto predominantemente de discussão sobre as limitações a partir dos diferentes sujeitos sociais e as contradições que coexistem nas políticas públicas, mas, sobretudo, aponta-se caminhos e propõe-se na psicologia importantes instrumentos para a inclusão.</p>	<p>Discutir o fenômeno da profissionalização de pessoas com deficiência, expondo as limitações a partir dos diferentes sujeitos sociais e as contradições que coexistem nas políticas públicas, possibilitando a construção de instrumentos para a inclusão no âmbito da psicologia.</p>	<p>Discute-se o tema expondo as limitações a partir dos diferentes sujeitos sociais e as contradições que coexistem nas políticas públicas. A legislação traz avanços, porém o cumprimento é frágil e reducionista. Este trabalho apresenta possibilidades de contribuições da psicologia nos diferentes contextos: junto aos sujeitos com deficiências e seus familiares, à comunidade empresarial, às instituições e à sociedade civil, por meio da educação.</p>
<p>Public health policies for the intellectually disabled in Brazil: an integrative review</p> <p><u>TOMAZ et al., 2016.</u></p> <p>BRASIL</p>	<p>Este estudo apresenta revisão integrativa da literatura científica e da legislação federal sobre políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil.</p>	<p>O objetivo dessa pesquisa foi realizar revisão integrativa sobre políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil, visando a contribuir para a síntese e a identificação de lacunas de conhecimento.</p>	<p>Do ponto de vista jurídico, embora tenham sido localizadas legislações relacionadas à área da saúde, faltam estudos que abordem a efetividade e o nível de implantação das políticas propostas.</p>

<p>Scaling up an early childhood development programme through a national multisectoral approach to social protection: lessons from Chile Crece Contigo.</p> <p>MILMAN et al., 2018 CHILE.</p>	<p>Análise da Ampliação um programa de desenvolvimento da primeira infância. Assim, após a transação foi feita uma análise comparando os dados e resultados de antes e depois.</p>	<p>Analisar o programa Chile Crece Contigo por meio dos seus princípios de colaboração intersetorial entre saúde, setores de proteção social e educação, colaborando para que as crianças consigam atingir seu potencial de desenvolvimento completo.</p>	<p>É permitida uma interconexão nesta rede de mudança cultural progressiva, que colocou valor sobre os princípios de equidade, coordenação e reconhecimento de que o desenvolvimento precisava de atenção. Todos esses recursos contribuíram para uma melhor compreensão e eficácia.</p>
<p>Schooling of Students with Disabilities in Minas Gerais: from Special Classes to Inclusive Education</p> <p>BORGES; CAMPOS, 2018. BRASIL</p>	<p>Foram consultadas fontes primárias, além de outras fontes secundárias que permitiram abordar os documentos a partir dos questionamentos sobre o estabelecimento das classes especiais em Minas Gerais.</p>	<p>Aprofundar e compreender melhor as transformações das classes especiais nas diferentes fases da Educação Especial aqui propostas: a fase das classes especiais, a fase das escolas especiais e a fase atual, da educação inclusiva.</p>	<p>Os resultados demonstram que, na primeira fase (1930-1950), crianças com deficiência, que até então estavam afastadas das escolas, passam a frequentá-las, nas chamadas classes especiais.</p>
<p>Social policies of social inclusion for people with disabilities</p> <p>PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017. BRASIL.</p>	<p>Foi realizado um levantamento de documentos e bibliografias. Utilizando palavras-chaves como “trabalho”, “inclusão social”, o material encontrado foi categorizado nos seguintes temas: movimento político de inclusão das PCD, trabalho e deficiência e caracterização populacional. Assim, foi classificado como estudo exploratório.</p>	<p>O objetivo deste artigo é compreender como a temática da deficiência se desenvolveu no campo das políticas públicas brasileiras depois dos anos 1970 até os dias atuais.</p>	<p>os resultados indicaram que, no Brasil, o movimento social das PCD se intensificou após o regime militar e ganhou contribuições de diferentes órgãos na hierarquia governamental brasileira, dentre os quais a CORDE e o CONADE, que, junto à Secretaria de Direitos Humanos, têm implantado e regulamentado ações de inclusão no país.</p>

<p>Social rights of children with chronic conditions: a critical analysis of brazilian public policies</p> <p>TAVARES; DUARTE; SENA, 2017. BRASIL.</p>	<p>Pesquisa documental de legislações que configuram políticas relacionadas à atenção às crianças com doença crônica e pessoas com deficiência nos âmbitos dos direitos humanos, saúde, assistência social e educação. Foi realizada análise crítica do discurso de três legislações selecionadas.</p>	<p>Analisar as políticas públicas brasileiras atuais que asseguram os direitos sociais das crianças com condições crônicas, nas áreas da saúde, assistência social e educação.</p>	<p>As crianças com condições crônicas são contempladas nas legislações pela representação de crianças com doenças crônicas ou com deficiências. Evidenciaram-se discursos associadas à ideologia de direitos humanos em conflito com a ideologia de normalização.</p>
--	--	--	---

Fonte: Dados extraídos das bases de dados MEDLINE, LILACS e BDEFN, 2020.

Questões como acessibilidade e a visão da sociedade sobre o corpo das pessoas com deficiência sempre foram recorrentes, sendo um tema observado por diferentes áreas. Durante um grande período a sociedade apenas se baseava no preceito do corpo-máquina, atrelando deficiência a incapacidade, com forte repressão e exclusão dessa parcela da população. Por considerarem esses sujeitos impossibilitados de produzir, quase não havia investimento voltado para a capacitação desse público (SILVA; PRISZKULNIK; HERZBERG, 2018; PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017.)

À medida que pensadores como LACAN começaram a ser mais discutidos e tomados como base, a visão do ser humano sobre o seu corpo físico e a relação da psique ocorreu de forma diferente. Essa discussão foi ampliada para várias áreas de pesquisa, como a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. Abrangendo assim, a ampliação do sentido de “ser humano”, para algo maior que produção de bens e promoção de serviços. Desta forma, aflorando o senso de que todos são merecedores de conhecimento e reconhecimento, envolvendo a modificação do ponto de vista da sociedade e das próprias pessoas com deficiência, sobre o corpo.(LACAN, 1975; GLAT, 2018)

Na contemporaneidade, o debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência ocorre em diversos países, sendo uma preocupação das Nações Unidas, que abordou essa temática na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD). Ademais, o processo acontece de maneiras diferentes, principalmente pela perspectiva histórica que a temática vem sendo trabalhada, com variações entre nações e entre locais dentro de um mesmo país. Em um paralelo entre a Suécia e o Brasil, o país europeu aborda a temática de acessibilidade a muito mais tempo, tornando algo mais instintivo para a população. Enquanto que no país da América Latina, essa temática é recente e ainda precisa de uma maior fiscalização e incentivo (VON et al, 2017; TRANI et al, 2019; BRANDÃO, 2019.).

No contexto da América Latina, como abordado por Milman et al (2018), o Chile criou uma rede de colaboração intersetorial entre saúde, os setores de proteção social e educação, apresentaram bons resultados ao apoiar todas as crianças a atingirem seu potencial de desenvolvimento completo.

Em uma análise comparativa, o Brasil, apesar da evolução, ainda apresenta uma fragmentação das ações, que têm impacto em uma menor abrangência.

No cenário brasileiro, a luta dos familiares foi muito importante para a conquista de direitos, principalmente as mães, que normalmente são responsáveis pelo cuidado direto das pessoas com deficiência (PCDs). A evolução é contínua, pois novas demandas surgem constantemente, considerando o dinamismo da situação, juntamente com a reivindicação de direitos, que apesar de existirem em legislações e leis, como a Lei nº 8.213, conhecida como Lei de cotas, nem sempre são colocados em prática (PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017; GLAT, 2018).

Inicialmente, foram criadas as classes especiais, porém nesse sistema as PCDs eram colocadas na escola comum, em salas de aula separadas, ocorrendo a segregação das pessoas com deficiência. Logo surgiram as escolas especiais, com foco nas demandas de PCDs e com integração de pessoas com questões em comum, estas foram importantes para o modelo de escolarização. Entretanto, esse processo foi protagonizado por instituições de caráter privado ou filantrópico, durante um longo período impactando em uma desvinculação entre educação de PCDs e escolas públicas (BORGES; CAMPOS, 2018; PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017).

Finalmente, de acordo com legislações e políticas, desenvolveu-se a educação inclusiva, refletindo na adaptação constante de escolas comuns e escolas especiais. Além disso, é crescente o incentivo para inclusão de pessoas com deficiência na escola pública (BORGES; CAMPOS, 2018; PAIVA; BENDASSOLLIL, 2017; GLAT, 2018).

A permanência dos alunos no ambiente acadêmico ainda é um desafio, a falha da consolidação do processo de integração tem impacto na falta de motivação e desinteresse em continuar os estudos. Como consequência, a inserção de PCDs no mercado de trabalho ainda não é adequada, abrangendo aspectos como falta de qualificação e questões psicológicas desses indivíduos. Outro tema de destaque é a acessibilidade, que é um ponto de atenção na sociedade, causada principalmente por barreiras arquitetônicas, barreiras de atitude, barreiras sociais, barreiras no transporte e barreiras da comunicação (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018).

Sendo assim, as políticas educacionais se desenvolveram até chegar no modelo atual de educação inclusiva, buscando mais efetividade e abrangência. Entretanto, ainda se encontram em amadurecimento. Mesmo com a presença de conquistas, percebe-se desafios para a execução prática, como barreiras físicas, metodológicas, instrumentais e atitudinais. Desta forma, no Brasil as políticas educacionais estão se adaptando para atender as pessoas com deficiência, baseado em uma educação igualitária (FOGANHOLI; GONÇALVES JUNIOR, 2015; GONCALVES DE CASTRO *et al.*, 2019).

CONCLUSÃO

A literatura deixa clara a realidade da evolução histórica na inclusão da pessoa com deficiência no processo escolar. Ações como escolas especiais e políticas educacionais constituem-se marcos

nesse processo, viabilizando um ambiente mais democrático e inclusivo. Entretanto, os desafios persistem, a existência de falhas, barreiras físicas e sociais mostram-se uma realidade. Por isso, ainda com os avanços alcançados, é preciso o estabelecimento de medidas mais efetivas, como fiscalização e conscientização, garantido a redução de barreiras e proporcionando ambientes com educação inclusiva e igualitária, respeitando cada indivíduo e suas necessidades.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses entre os autores do presente estudo.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. A. P; CAMPOS, R. H. F. A Escolarização de Alunos com Deficiência em Minas Gerais: das Classes Especiais à Educação Inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru , v. 24, n. spe, p. 69-84, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500069&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

BOSSI, T. J; JUNGES, A. P. P; PICCININI, C. A. Fatores que interferem no processo de inclusão de bebês com deficiência física no berçário. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 22, n. 2, p. 377-384, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000200377&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A Educação Básica na Suécia e no Brasil: algumas semelhanças e diferenças. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 44, n. 1, e81083, 2019 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000100611&lng=en&nrm=iso. acesso em 06 Feb. 2021. Epub Feb 25, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-623681083>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 29 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em 24 nov. 2020.

CANTORANI, J. R. H. et al . A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 25, e250016, 2020 . Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100214&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2020.

DALFIOR, E. T; LIMA, R. C. D; ANDRADE, M. A. C. Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional. **Saúde em Debate** [online]. 2015, v. 39, n. spe, p. 283-297. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.2015S005316>. Acesso em 24 nov. 2020.

ESPÍN-TELLO, S. M. et al. How available to European children and young people with cerebral palsy are features of their environment that they need?. **Research in developmental disabilities**, v. 71, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S089142221730241X>. Acesso em 24 nov. 2020.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 29, n. 78, p. 153-177, Ago. 2009 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 nov. 2020.

GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. **Res Nurs Health**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 1-11, 2007.

GARCIA, R. A. B; BACARIN, A. P. S; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 22, n. spe, p.33-40, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400033&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2020.

GLAT, R. Desconstruindo Representações Sociais: por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar1. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru , v. 24, n. spe, p. 9-20, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

GONCALVES DE CASTRO, G. et al. Interdisciplinaridade e inclusão escolar de crianças com deficiência a partir de histórias maternas. **Gac Méd Espirit , Sancti Spíritus**, v. 21, n. 3, p. 21-29, 2019. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1608-89212019000300021&lng=es&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

KASTRUP, V; THOMA, A.S; SOUSA, J. B. Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 38, n. 3, p. 551-553, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300551&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

Lacan, J. (1975). *Le séminaire: livre 1: les écrits techniques de Freud*. Paris: Seuil. (Seminário original proferido em 1953- 19 54)

MACEDO, M. C. S. R. et al . Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 19, n. 2, p. 179-189, 2014 . Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 nov. 2020.

MARTINS, S. E.S. O; LEITE, L. P; CIANTELLI, A. P. C. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. spe, p. 15-23, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

MILMAN, H. M. *et al.* Scaling up an early childhood development programme through a national multisectoral approach to social protection: lessons from Chile Crece Contigo. **bmj**, v. 363, 2018. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/363/bmj.k4513.abstract>. Acesso em 25 nov. 2020.

PAIVA, J. C. M; BENDASSOLLIL, P. F. POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 23, n. 1, p. 418-429, jan. 2017. Disponível em : http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100025&lng=pt&nrm=iso. acesso em 25 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p418-429>.

SILVA, D. R; PRISZKULNIK, L; HERZBERG, E. Qual o corpo deficiente?: Pressupostos ontológicos e práticas de tratamento. **Tempo psicanál.**, Rio de Janeiro , v. 50, n. 2, p. 102-118, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000200006&lng=pt&nrm=iso. acesso em 03 fev. 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov.2020.

TAVARES, T. S.; DUARTE, E. D; SENA, R. R. Social rights of children with chronic conditions: a critical analysis of brazilian public policies. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, e20160382, 2017. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000400219&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

TOMAZ, R. V. V. et al . Políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 1, p. 155-172, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000100155&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2020.

TRANI, J. F. et al. Assessment of progress in education for children and youth with disabilities in Afghanistan: A multilevel analysis of repeated cross-sectional surveys. **Plos one**, v. 14, n. 6, p. e0217677, 2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0217677>. Acesso em 25 nov. 2020.

VIEIRA, C. M; VIEIRA, P. M; FRANCISCHETTI, I. Profissionalização de pessoas com deficiência: reflexões e possíveis contribuições da psicologia. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília , v. 15, n. 4, p. 352-361, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572015000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 nov. 2020.

VON, G. H. et al. Do personal assistance activities promote participation for persons with disabilities

in Sweden?. **Disability and rehabilitation**, v. 39, n. 24, p. 2512-2521, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09638288.2016.1236405>. Acesso em 25 nov. 2020.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Panorama das políticas públicas na educação brasileira: uma análise das avaliações externas de sistemas de ensino. **Revista Lusófona de Educação**, v. 27, n. 27, Novembro 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4836>. Acesso em: 20 nov. 2020

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso à educação 37, 39
acidentes 61, 63, 64
alimentação 25, 64
alteração do nome 31
autonomia 14, 17, 23, 27, 28, 29, 57

B

barreiras físicas 38, 47, 48
bullying 61, 63, 64

C

características sexuais 31, 34
cenário escolar 14, 37
Cidadania 38
cidadão 37, 39
comportamento das pessoas 52, 53
comunicação 19, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59
constrangimentos no ambiente acadêmico 31
convivência 31, 34
creche 61, 62, 63
crianças 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 46, 49, 61, 62, 63, 64
cuidados de saúde e higiene 61

D

Deficiências 38, 40
déficits de saúde 23
dificuldades burocráticas 31, 34
direito desrespeitado 31

E

Educação 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 30, 32, 36, 38, 40, 48, 51, 52, 58, 59, 61, 63
educação em saúde 23, 24, 25, 26, 29, 30, 61, 63, 64
Educação Especial 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21
educação igualitária 38, 47
educação inclusiva 16, 17, 18, 37, 39, 47, 48
Educação Inclusiva 10, 12, 48
Educação superior 32
empoderamento 23, 27, 28, 29
era digital 52, 53, 54, 55, 56, 58
escassez de políticas públicas 23
exposição a verminoses 61
exposições 18, 31, 34

F

formação de professores 10, 15, 20

formas de aprender 52

G

Games 52, 53, 58

H

hábitos de higiene 23, 24, 25, 26, 27, 28

I

identidade sexual 31

impactos da vulnerabilidade social 23

impactos na educação 52, 53, 54

inclusão das pessoas com deficiência 37, 39

inclusão das tecnologias digitais 52

inclusão de transexuais 31, 35

inclusão dos games 52

Inclusão Escolar 10

infância 25, 26, 61, 62, 63, 64

informação 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

inovação 17, 52, 53

L

lavagem das mãos 61

lavagem de alimentos 61

limitações sociais 38

M

má alimentação 61

má higiene 61

mediadores de aprendizagem 52

medidas socioeducativas 23, 24

Minorias sexuais e de gênero 32

modos de vida 52, 53

mudanças no cotidiano 52, 53

N

nativos digitais 52, 56, 57, 58, 59

negação de direitos básicos 32, 35

nome civil 31

nome social 31, 33, 34, 35

O

obstáculos 27, 31, 32, 34, 35

P

parasitoses intestinais 61, 63

pesquisa-ação 63, 64

Pessoa com deficiência 38
Pessoas transgênero 32
políticas de formação 10, 15, 18
políticas educacionais 16, 17, 37, 39, 40, 47
Políticas Públicas 38, 40
população trans 32, 34, 35
prática pedagógica inclusiva 10, 12, 13
práticas educativas 12, 52, 62
práticas pedagógicas 10, 13, 15, 16, 17, 18, 29, 64
presença das tecnologias 52, 53, 54
processo educacional 23
professores da Educação Especial 10, 19
profissionalização 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21
público infantil 54, 63
público jovem 23

Q

qualidade de vida 6, 23, 65

R

realidade social 52, 54

S

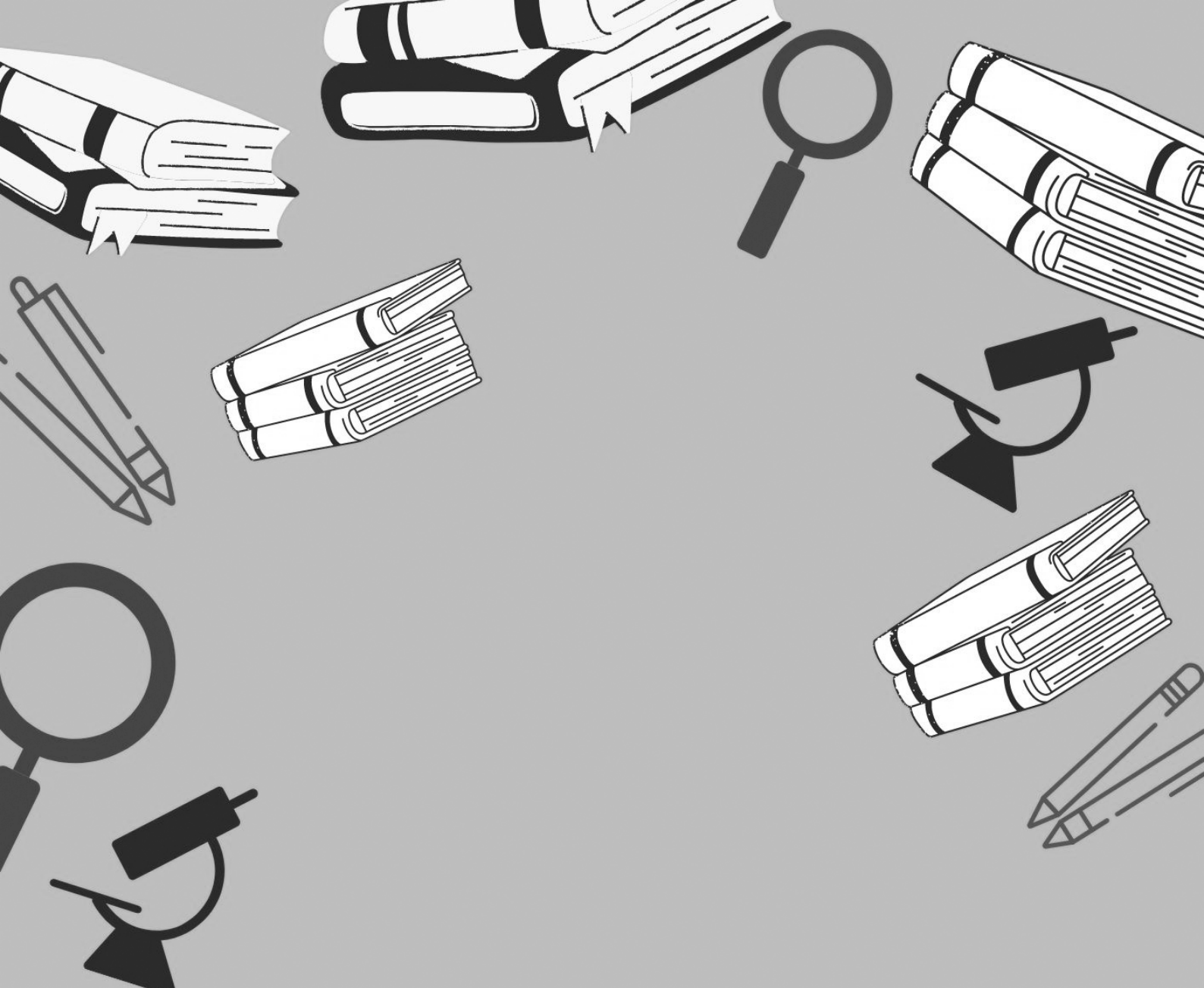
saúde coletiva 23, 27, 50
saúde das crianças 61, 62, 64
saúde e educação 23, 29, 64
socialização 19, 33, 38

T

Tecnologias 52, 59
tecnologias digitais 52, 53, 54, 56, 57
transexuais nos ambientes acadêmicos 31, 33
transexual 31, 32, 33
transexualidade 31, 33, 36
tripé formação, participação e experiência 10

V

violência 61, 63
vulnerabilidade 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31
vulnerabilidade social 23, 24, 26, 27, 28



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 